

BALANÇO DE 1984, DESAFIOS PARA 1985

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 25.12.1984

Neste dia de Natal podemos concluir que 1984 foi afinal um bom ano para o Brasil, tanto no plano econômico como no político. A economia entrou em fase de recuperação e a transição para a democracia consolidou-se com a certeza da vitória de Tancredo Neves no próximo dia 15 de janeiro. Para 1985 as perspectivas são naturalmente otimistas. Com Tancredo espera-se a consolidação de retomada de desenvolvimento acompanhada de uma melhor distribuição de renda, e os debates sobre a nova lei eleitoral e dos partidos, e, em seguida, sobre a nova Constituição, dominarão a cena política e definirão o retorno efetivo do Brasil à democracia.

As dificuldades que o novo governo deverá encontrar, entretanto, são grandes.

No plano econômico, depois de uma redução de 3% do PIB em 1983, a economia cresceu cerca de 4% em 1984, não obstante a política de ajustamento definida pelo FMI importasse em uma violenta contração fiscal. O déficit público operacional (desconsiderada a correção monetária da dívida pública) passou de 2,5% do PIB em 1983 para 0,5% de superávit público em 1984. Esta contração fiscal, possibilitada pelo aumento dos impostos e a redução dos investimentos e das despesas com salários do setor público, afetou diretamente a demanda agregada e deveria ter resultado na estagnação do PIB em 1984, conforme era previsto no início do ano. Entretanto, o extraordinário desempenho das exportações que aumentaram cerca de 24% em 1984 contra apenas 8,5% em 1983, teve efeito compensador sobre a demanda agregada, anulando o efeito negativo da contração fiscal. Com o aumento das exportações o emprego industrial reativou-se, já que as exportações de manufaturados, que hoje representa aproximadamente 25% da

produção industrial brasileira, apresentaram um crescimento em 1984 de 34% aproximadamente, liderando a arrancada exportadora.

Em 1985 o FMI espera uma nova contração fiscal da mesma envergadura. Deseja que o Brasil passe de um superávit público de 0,5% para 2,9% do PIB. Com isso pretende que o governo comece a resgatar sua dívida interna. Nada indica, entretanto, que este arrocho fiscal adicional possa ser compensado por um aumento de exportações semelhante ao de 1984. Dada a forte desaceleração da economia norte-americana no segundo semestre de 1984, o aumento das exportações brasileiras em 1985 deverá ser muito menor do que o deste ano que está terminando. Em consequência, não restará outra alternativa para o novo governo, se desejar um crescimento do PIB de 5 a 6%, senão renegociar esta meta de superávit público com o FMI.

Por outro lado será necessário também renegociar com o FMI a meta inviável de 120% de inflação. Porque no campo da inflação o grande desafio do novo governo não está em fazê-la baixar radicalmente. Isto é muito difícil, dado o caráter autônomo, indexado, formal e informalmente, da inflação brasileira. O grande desafio está em impedir que ela cresça, que mude de patamar, afetada por fatores aceleradores relacionados com aumentos de salários reais acima do aumento de renda por habitante, obtidos pelos trabalhadores para repor seu poder aquisitivo deteriorado pela recessão e pela inflação, e também relacionados com aumentos de margens de lucro das empresas possibilitados pela aceleração da economia. Estes fatores aceleradores já estão em curso no final de 1984, mas podem ser detidos e revertidos em 1985.

Em 1985 teremos reconquistado, em um nível mais alto do que o anterior, a democracia, que é um valor absoluto, final, que vale por si mesmo. Mas estaremos longe de ter resolvido os grandes problemas econômicos e sociais deste país. O fundamental, entretanto, é que agora tentaremos também resolver esses problemas de forma democrática, ao invés de forma tecnoburocrática e autoritária dos últimos 20 anos. Este é o grande desafio e a grande expectativa de um novo período da história brasileira que se inicia em 1985: construir uma democracia social neste país.(25/12)